

19 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

O embate entre o CNJ e o TJSP

Maior corte do País em número de juízes e volume de processos, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) encontra-se novamente em colisão com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o órgão encarregado de fiscalizar no plano administrativo o funcionamento das diversas instâncias e braços especializados do Judiciário. Se no passado as divergências foram causadas pelas suspeitas da corregedoria do CNJ sobre irregularidades na gestão da Corte, o problema agora envolve a troca da infraestrutura de tecnologia de informação do tribunal.

As novas divergências começaram no dia 20 de fevereiro, depois que o presidente do TJSP, desembargador Manoel Pereira Calças, anunciou a assinatura de um contrato com a Microsoft, no valor de R\$ 1,32 bilhão, para substituir o atual sistema eletrônico do tribunal por novas tecnologias de armazenamento em servidores e por plataformas que permitam o desenvolvimento de serviços acessados virtualmente. Na ocasião, Pereira Calças alegou que o atual sistema, instalado e mantido há 15 anos por uma empresa brasileira, está obsoleto. E explicou que dispensou a licitação para a escolha da Microsoft porque as demais concorrentes – Google e Amazon – não se enquadraram nos critérios técnicos definidos em parecer de uma fundação vin-

culada à USP.

No dia seguinte, por decisão monocrática do conselheiro Márcio Schiefler, o CNJ determinou a suspensão do contrato. Segundo Schiefler, Pereira Calças não poderia ter dispensado a concorrência nem poderia ter escolhido um programa eletrônico diferente do que o órgão definiu como padrão para todo o Judiciário brasileiro. Além de ter pedido diligências, Schiefler, juiz de primeira instância em Santa Catarina, levantou a bandeira do nacionalismo ao censurar o presidente do TJSP por não ter contratado uma empresa brasileira. “Uma empresa estrangeira, em solo estrangeiro, manterá guarda e acesso a dados judiciais do Brasil, onde a intensa judicialização reúne, nos bancos de dados dos tribunais, uma infinidade de informações sobre a vida, a economia e a sociedade brasileiras, o que pode colocar em risco a segurança e os interesses nacionais do Brasil”, afirmou.

Em sua defesa, o presidente do TJSP explicou que obedeceu à Lei de Licitações, à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Inovação e alegou que as negociações com a Microsoft foram sigilosas para preservar programas que só essa empresa dispõe. “A negociação não pode ser feita de forma que segredos industriais sejam expostos publicamente. Com a Microsoft, traremos para o Judiciário paulista inteligência artificial e tecnologia de nuvem para aposentar a necessidade de

data center próprio. Por cautela, o tribunal atualmente mantém dois *data centers*, os quais já deram vários problemas. Alguns desembargadores sofreram com a perda de votos quando houve invasão de hackers no sistema atual”, disse Pereira Calças. Ele também afirmou que a Microsoft já presta serviços à Corte há muitos anos, que a tecnologia oferecida por empresas nacionais está defasada e que o tribunal gastará 40% a menos com a nova infraestrutura tecnológica. Por fim, refutou a crítica de que os interesses nacionais do Brasil estariam em risco, uma vez que, pelo contrato, o código-fonte da nova infraestrutura tecnológica ficará com o tribunal, e não com a Microsoft.

Mas, apesar de sua argumentação ter sido endossada por professores da Faculdade de Direito da USP especializados em direito administrativo, e de o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, tê-la apoiado, os conselheiros do órgão mantiveram a decisão tomada por Schiefler na sessão plenária do dia 12 de março. Com isso, o projeto do maior tribunal brasileiro para o desenvolvimento de um sistema de tramitação processual mais rápido e eficiente está parado.

O que parece ter prevalecido nesse julgamento não foram argumentos técnicos, mas animosidades corporativas. Essa é mais uma demonstração das dificuldades que a Justiça – especialmente a paulista – enfrenta para se modernizar.

19 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS

Transformação digital e o Judiciário

Ao assumir como presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), fui confrontado com o que talvez seja o maior desafio da gestão: inúmeras reclamações do sistema de tramitação de processos no tribunal – o Sistema de Automação da Justiça (SAJ). As queixas são relativas aos constantes episódios de indisponibilidades e travamentos, à ausência de evolução tecnológica nos últimos anos e, também, à posição cativa e de vulnerabilidade do Tribunal de Justiça, que não detém propriedade do código-fonte, o que lhe impõe sucessivas renovações contratuais por inexigibilidade de licitação, com limitado poder negocial.

Embora o SAJ tenha representado pioneirismo no aprimoramento do serviço de Justiça, com ganho de celeridade quando da sua implementação, tenho o dever institucional e o compromisso constitucional de manter constante reflexão crítica a respeito do serviço prestado à população, da concretização de garantias constitucionais de tramitação célere de processos e do efetivo acesso à Justiça. Nesse contexto, é impossível ignorar a transformação digital pela qual o mundo passa, com novas tecnologias que reduzem custos e aumentam a qualidade do que se produz: *fazer mais com menos – meta máxima do serviço público*.

Como negar ao Judiciário participar desse processo de transformação?

A substituição do atual sistema impôs-se tanto em razão de limitação tecnológica, quanto de custo – R\$ 243 milhões em um ano, entre contratos para licenciamento do SAJ e manu-

Uma oportunidade que não pode ser perdida de prestar um serviço público de qualidade

tenção da estrutura de *data centers*). Se nada for feito, em cinco anos essa solução custará R\$ 1,125 bilhão. A opção pelo armazenamento em *data centers* exige investimento periódico em parque computacional e nosso planejamento prevê que em três anos teremos de promover intensa renovação dos *hardwares* instalados nos *data centers*, dado o estado de obsolescência que se aproxima, ao custo estimado de R\$ 950 milhões, investimento desnecessário diante da nova contratação.

Diante da perspectiva de gasto de mais de R\$ 2 bilhões nos próximos cinco anos, determinei a realização de estudos para o desenvolvimento de produto inovador, que incorporasse novas tecnologias e empregasse melhor os recursos públicos. Impus, ainda, como condições dessa solução que o código-fonte se tornasse de propriedade do TJSP, para eliminar sua posição negocial vulnerável, e, logicamente, tendo como premissa a interoperabilidade dos sistemas.

A necessidade de mudança também foi detectada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atestou a obsolescência do sistema atual em inspeção aqui realizada. Não foi cogitada a migração para o processo judicial eletrônico (PJe), por se tratar de solução que, ainda hoje, não substituiria satisfatoriamente nem mesmo o atual sistema.

Após cotejo dos custos e vantagens existentes na manutenção da solução atual ou sua

substituição, decidi pelo desenvolvimento de nova plataforma de Justiça digital, por contratação de encomenda direta à Microsoft, conforme previsto nas Leis de Inovação e de Licitações. A escolha por manter a plataforma em nuvem pública decorre de vantagens econômicas e operacionais. As primeiras advêm da eliminação de manutenção de *data centers* e as segundas, do aumento do desempenho, mais estabilidade, escalabilidade, segurança e criptografia. O uso de nuvem pública é opção segura e aderente à legislação internacional e brasileira, em especial às Leis de Acesso à Informação, de Proteção de Dados e Marco Civil da Internet.

Apenas a título de esclarecimento, recentes normatizações do Banco Central autorizaram que todos os dados bancários de instituições brasileiras – notoriamente sigilosos, sensíveis e críticos – sejam armazenados em nuvens públicas, no Brasil ou exterior. A criptografia dos dados em nuvem estará em poder exclusivamente do TJSP.

Para que os benefícios dessa transformação digital fossem primeiro sentidos pelos cidadãos, estipulei prioridade ao Juizado Especial Cível no primeiro ano da contratação e dei especial atenção a assunto extremamente sensível, dando prioridade à criação de Cadastro Estadual de Adotantes e Adotados, para unificar a base de dados de pessoas habilitadas a adotar e das crianças e dos adolescentes em estado de adoção.

CONTINUA

19 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Esse novo módulo sintetiza a ambição do Tribunal de Justiça de revolucionar a forma como presta jurisdição à população, na medida em que, ao incorporar inteligência artificial ao cadastro, serão potencializadas as chances de adoção de crianças e adolescentes: inexistente sistema atual que proporcione esse resultado.

O desenvolvimento dessa nova plataforma se dará em cinco anos, ao custo de R\$ 1,3 bilhão, entre serviços e licenças. À primeira vista, o valor parece excessivo. Mas essa impressão desaparece quando se considera que o custo da atual já é de aproximadamente R\$ 1,125 bilhão. Esses valores são proporcionais à magnitude do TJSP, o maior tribunal do País, no qual tramitam cerca de 20 milhões de processos e são distribuídos 5 milhões de novos casos por ano, e que emprega 45 mil servidores e 2.800 magistrados. O investimento realizado na nova plataforma será amortizado pela economia em *data centers*. Passados esses cinco anos, haverá drástica redução do custo anual de manutenção do sistema de tramitação de processos (40%): dos R\$ 243 milhões atuais para R\$ 148 milhões, evitando-se, também, o gasto de R\$ 900 milhões com *data centers*.

Por fim, a solução representa o efetivo e tempestivo ingresso do Tribunal de Justiça paulista na 4.^a revolução industrial, utilizando todo o potencial tecnológico existente para aprimorar a prestação de serviços, de forma responsável, segura, qualificando o gasto público, colocando o Brasil na vanguarda mundial das inovações e entregando aos cidadãos um serviço público de qualidade.

19 MAR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

OAB defende apuração sobre acordo bilionário

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou ontem o ingresso como *amicus curiae* na ação movida pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, contra o acordo bilionário firmado pela força-tarefa da Operação Lava Jato e a Petrobrás envolvendo ações nos EUA. A entidade vê indícios de “vícios e ilegalidades” no fundo que seria constituído e receberia metade da multa.

Davi minimiza pedidos contra ministros do STF

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), minimizou o efeito dos pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal recebidos pela Casa. “Não está no radar. Uma crise institucional agora não fará bem ao Brasil”, disse Davi ontem após reunião em São Paulo com o governador João Doria (PSDB). Um dos alvos de impeachment é Gilmar Mendes – o pedido, do advogado Modesto Carvalhosa, cita crime de responsabilidade e foi protocolado no dia 14. Gilmar não comentou.

Procuradora recorre contra semiaberto

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recorreu da progressão de regime ao ex-senador Luiz Estevão para o regime semiaberto. Estevão foi condenado a 31 anos de prisão e ao pagamento de multa no valor de R\$ 8 milhões por fraudes e desvios nas obras do Fórum Trabalhista de São Paulo. A Procuradoria argumentou que ele não pagou a multa e que o dano ao erário, de R\$ 169 milhões, não foi ressarcido. O Estado não conseguiu contato com a defesa do ex-senador.

SÔNIA RACY

Lacônico

O MPF do Paraná sai pela tangente quando questionado sobre sua participação no acordo entre Petrobrás e autoridades americanas.

Alega ter pedido que 80% da multa ficasse no Brasil depois que o pacto estava... acertado, “já em fase de finalização”.

COLUNA DO ESTADÃO

● **Sem brecha.** Para evitar que Davi Alcolumbre entere a CPI da Lava Toga por ausência de fato determinado, o senador Alessandro Vieira (PPS-RS) listou 13 nessa segunda tentativa de emplacar o colegiado.

● **Alvo.** O senador cita fatos envolvendo o STF, o STJ e o TST. De todas as cortes, o ministro com recorde de menções é Gilmar Mendes: em cinco de 13 tópicos.

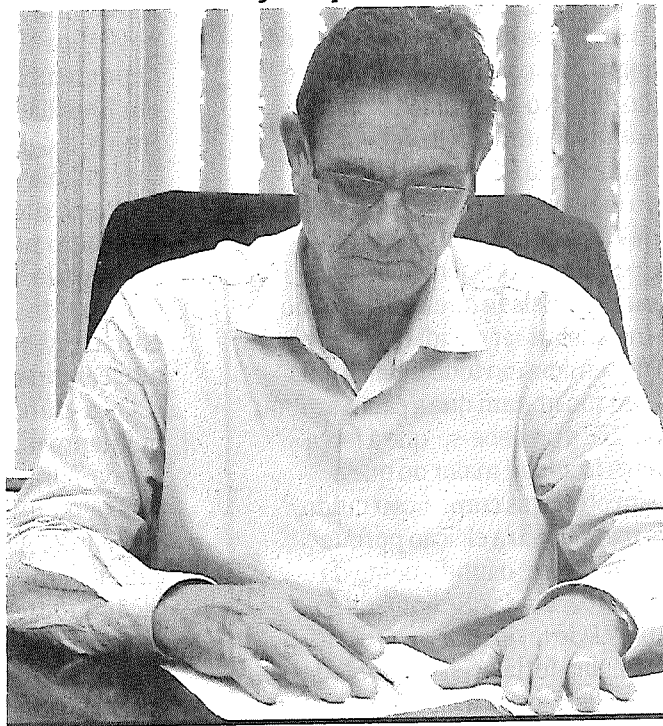
19 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Ibiporã é condenado por promoção pessoal

Segundo MP, José Maria usou a máquina governamental para viabilizar publicações que enalteciam sua figura enquanto prefeito

Juiz determinou ainda a perda de cargo ou função pública, eletivo ou nomeação por cinco anos



José Maria Ferreira foi nomeado em janeiro por Ratinho Junior (PSD) para presidir o Fundepar

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 19 MAR 2019

CONTINUAÇÃO

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O ex-prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira (PTB), foi condenado a dois anos de prisão em ação penal por ter feito promoção pessoal durante o mandato de 2009-2012. O juiz substituto da comarca de Londrina, João Henrique Coelho Ortolano, em sentença proferida nesta segunda-feira (18), determinou ainda como sanção a perda do exercício de cargo ou função pública, eletivo ou nomeação por um prazo de cinco anos. Ferreira foi nomeado em janeiro pelo governador Ratinho Junior (PSD) para presidir o Fundepar (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional), órgão ligado à SEED (Secretaria Estadual de Educação).

Entretanto, considerando a natureza do delito e por ser réu primário, o magistrado substituiu a prisão em regime aberto por prestação de serviço à comunidade e multa. As penalidades são utilizadas como alternativas à prisão. Ferreira terá que pagar multa de aproximadamente R\$ 10 mil. O ex-prefeito já havia sido condenado na esfera cível, pelos mesmos fatos, por improbidade administrativa.

Segundo o MP (Ministério Público), a pretexto de divulgar atos, programas, obras e serviços, o prefeito fez publicar 3 mil exemplares da revista "Ibiporã Cidade que Cresce – Balanço Especial 1.000 dias de Administração", ao custo de R\$ 20,5 mil; e 18 mil exemplares do jornal "Governo de Ibiporã Cidade que Cresce – 3 anos de administração", ao custo de

R\$ 17 mil. Ambas as publicações foram confeccionadas por servidores do Núcleo de Comunicação da Prefeitura e pagas com dinheiro público, por meio da verba de publicidade institucional.

Na denúncia, o MP revela que nas publicações a figura do prefeito é enaltecida e que ele é elogiado por terceiros beneficiados com as obras públicas e mencionou que a fotografia de José Maria foi publicada em várias "reportagens", "vinculando, de maneira explícita, a sua pessoa (do prefeito) às realizações da administração municipal. Em outro trecho, os promotores alegam que ele "fez inserir publicidade nitidamente pessoal, sem nenhum caráter educativo."

Já Ortolano escreveu que apesar das consequências do crime não serem graves, "o prefeito se promoveu às custas do erário e utilizou a máquina governamental em benefício próprio."

OUTROLADO

A defesa informou que não foi intimada, mas que irá preparar recurso de apelação para reformar a decisão no TJ. "A gente vai demonstrar que as publicações foram feitas apenas para demonstrar os serviços, obras e programas de governos e não para promoção pessoal", disse o advogado Rômulo Augusto Fernandes Martins.

Em nota, a SEED informou que entende que se trata de uma decisão da primeira instância, à qual cabe recurso, devendo, portanto, respeitar a legalidade e o direito à ampla defesa. A Seed reforça que, "em cumprimento aos princípios da legalidade e da transparência, pratica regras rígidas

de gestão e de respeito às leis e que todos os atos administrativos praticados pelo Fundepar são realizados de acordo com as normas da Controladoria Geral do Estado."

SÉCUNDA CONDENAÇÃO

Ferreira foi condenado por improbidade administrativa em primeira instância há um mês pela Vara de Fazenda Pública de Ibiporã. A sentença é referente ao mandato de 2013-2016. Ele e o atual vereador José Aparecido de Abreu (PSC), ex-secretário municipal de Finanças na gestão de Ferreira, foram condenados à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

Segundo ação civil proposta pelo MP em 2013, o ex-prefeito realizou licitação pública para contratação de uma empresa de contabilidade para o Cismasa (Consórcio Intermunicipal de Serviços Municipais de Saneamento Ambiental do Norte do Paraná). À época, Ferreira firmou contrato com o escritório do seu então secretário municipal de Finanças de Ibiporã. O MP chegou a pedir indisponibilidade de bens dos réus em R\$ 55 mil.

19 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

Dono da Iguaçu do Brasil é condenado a mais de três anos de reclusão

Mie Francine Chiba

Reportagem Local

O juiz Paulo César Roldão, da 5ª Vara Criminal de Londrina, condenou Carlos Alberto Campos de Oliveira, dono da construtora Iguaçu do Brasil, à pena de três anos, dez meses e 20 dias de reclusão e 525 dias-multa, no valor unitário de um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, corrigido monetariamente, pelo crime de estelionato. A construtora é acusada de comercializar imóveis no empreendimento intitulado Condomínio Imperial da Hípica II sem ter condições de entregá-los.

A pena, inicialmente menor, foi aumentada em 2/3 devido ao fato de ter sido comprovado que o réu praticou o crime de estelionato 15 vezes. "Conforme demonstrada na fundamentação, nota-se que o agente praticou quinze crimes de estelionato mediante mais de uma ação, em condições muito semelhantes de tempo, lugar e valendo-se

do mesmo modus operandi, devendo, portanto, os delitos no caso em tela serem havidos como praticados de forma continuada, conforme previsto no artigo 71, parágrafo único, do Código Penal", diz a sentença.

Para o juiz, o réu "agiu com dolo eventual" ao fazer lançamentos simultâneos de 14 empreendimentos em um curto espaço de tempo mesmo sabendo que sua empresa não tinha estrutura suficiente para a conclusão das obras dentro do prazo prometido.

A sentença do juiz Paulo César Roldão, por outro lado, absolveu os outros 12 réus no processo por não haver provas suficientes para comprovar o dolo.

Procurado, o advogado de Carlos Alberto Campos de Oliveira, Ricardo Fariazzo Campos de Oliveira, afirmou que ainda não tinha tido acesso à sentença e que por isso não faria comentários. No entanto, assegurou que, caso houvesse a condenação, a defesa iria recorrer da decisão.

FOLHA DE LONDRINA 19 MAR 2019

Justiça mantém prisão de homem que esfaqueou estudantes em pensionato

Suspeito foi indiciado por homicídio qualificado e por duas tentativas de homicídio

Isabela Fleischmann
Reportagem Local

Maringá – A 1ª Vara Criminal de Maringá decidiu manter preso preventivamente o homem que matou o estudante Orivaldo José da Silva Filho, 22, conhecido como Mima, a facadas, em pensionato na zona 7, região central da cidade, na madrugada de domingo (17). Ele foi indiciado por homicídio qualificado e por duas tentativas de homicídio.

O autor do ataque, de 26 anos, apunhalou ainda outros dois moradores do pensionato. Ele foi preso em flagrante e, segundo a Polícia Civil, confessou o crime. O corpo da vítima, que residia em Maringá havia cinco anos, foi enterrado em Conchas (SP), onde mora sua família, na tarde desta segunda-feira (18).

A Polícia Civil apura ainda o estado mental do autor do ataque e se ele estava sob efeito de drogas, já que, em depoimento prestado à Po-

lícia Militar, disse frases desconexas sob a motivação do crime. Ele também vivia no pensionato, com uma cama improvisada em um carro na garagem, e manifestou desagrado pela situação, argumentando que os rapazes da casa o “olhavam dentro do veículo”.

O delegado-chefe da 9ª SDP (Subdivisão Policial) em Maringá, Adão Rodrigues, acredita que o autor do crime estava sob efeito de entorpecentes. “A gente sabe que a zona 7 é uma região crítica, inclusive os policiais da antitóxico têm determinação para intensificar as ações naquele local. Agora a Polícia Civil trabalha para ver se tinha droga, se as pessoas estavam usando ou não e especialmente ele, pela questão desse surto que teve”, afirmou. Conforme a Polícia Civil, o suspeito tinha passagem pela polícia por posse de droga para uso. O autor do ataque não tem advogado constituído.

Dormindo quando aconte-

ceu o ataque, a dona do pensionato disse que só acordou após o arrombamento da porta pelos policiais. Ela conta que, se estivesse acordada, provavelmente teria sido atacada, porque não teria deixado aquilo ocorrer com os meninos. “Foi uma fatalidade”, definiu, abalada.

Segundo a dona da casa, o autor do ataque morou no pensionato por três anos e foi embora para Florianópolis (SC) com uma namorada. Com o fim do relacionamento, voltou a Maringá e queria ficar na casa, mas não havia vagas. O rapaz então optou por dormir dentro de um carro na garagem até um quarto ficar disponível. “Ele saiu e quando voltou não tinha vaga. Ele era amigo de todo mundo, tanto que os meninos falaram para ele ficar na garagem. Ele fez uma cama no carro e aguardava a liberação da vaga.”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

19 MAR 2019

De acordo com a mulher, o autor do ataque trabalhava como bartender. “Ele não é vagabundo, ele trabalha. E os meninos se preocupavam com ele, davam força porque ele tem uma filha, pagava pensão. E todos eram muito amigos”, disse.

No pensionato, viviam sete meninos. No momento do ataque, os três que ficaram na cozinha quando o rapaz entrou com uma faca profirindo frases irracionais foram apunhalados. Ele teria pedido aos jovens que se ajoelhassem antes de atacar. Um outro morador, que se trancou no quarto, chamou a polícia, que rapidamente chegou e imobilizou o suspeito. Segundo a polícia, ele tinha intenção de atacar outros moradores da casa.

AVÍTIMA

Em imagens de câmeras de segurança é possível ver Mima correndo após ter sido atacado. Do interior de São Paulo, ele mudou para Maringá para estudar. Cursava o segundo ano de mestrado em Química pela UEM (Universidade Estadual de Maringá) e dava aulas em um curso pré-vestibular de Apucarana. O estado de saúde dos outros dois estudantes, internados em hospitais da cidade, era considerado estável.

19 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Operação Patrocínio tem prazos suspensos

O juiz Renato Cruz de Oliveira Junior, da Vara Criminal de Rolândia, determinou a suspensão do prazo para a apresentação das defesas de dois réus da Operação Patrocínio, que investigou crimes como corrupção passiva e ativa, além de organização criminosa na Prefeitura de Rolândia. Segundo o advogado Rodrigo Antunes, defesa dos proprietários da Somopar, os autos acerca de um mandato de busca e apreensão não foram anexados na Ação Penal, “sob pena de violação da ampla defesa e do contraditório e ao teor da Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal”, destaca o pedido de suspensão, o segundo já acatado pela Justiça no âmbito desta operação. Procurado, o Ministério Público não quis se manifestar sobre a suspensão do prazo.

Nota de repúdio

A Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Londrina repudia a prisão do advogado criminalista Josafar Augusto da Silva Guimarães. Segundo a OAB, Guimarães foi preso temporariamente por ter recebido honorários advocatícios via depósito bancário de um cliente cuja acusação é de envolvimento com tráfico de drogas, o que, segundo a OAB, não é ilegal. “A Ordem dos Advogados do Brasil, por sua Subseção Londrina, espera a rápida apuração dos fatos pelas autoridades competentes e, em caso de punição, exige que seja enérgica e exemplar, com o fato de se evitar que, não somente advogados, mas que todos os cidadãos tenham segurança de que não serão presos sem que ao menos se saiba a sua qualificação”, diz a nota assinada pela presidente Vânia Regina Silveira Queiroz e pelo diretor de Prerrogativas da OAB, Geovanei Leal Bandeira.

19 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

MP discute gênero

O Ministério Público do Paraná promove em Curitiba, no dia 22 de março, o seminário "A atuação do MPPR no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher". Durante o encontro, que é aberto ao público em geral, serão expostos trabalhos realizados por agentes do MPPR que contemplam diversas questões ligadas ao enfrentamento da violência de gênero. Em 2018, só entre os meses de janeiro a julho, foram registrados no Ligue 180, canal de denúncias do governo federal, perto de 80 mil casos de violência contra mulher em todo o País. As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas.

19 MAR 2019

FOLHA DE LONDRINA
FOLHA
Cidadania
STF rejeita fatiamento
de caixa 2 e crime comum

Brasília - Com uma virada no placar, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu na quinta-feira (14), por 6 votos a 5, que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, quando investigados junto com caixa dois, devem ser processados na Justiça Eleitoral, e não na Federal, como queria a Procuradoria-Geral da República e os membros da Lava Jato.

A procuradora-geral, Raquel Dodge, e procuradores da força-tarefa em Curitiba afirmam que a Justiça Eleitoral não é estruturada para julgar crimes complexos e que nela pode haver impunidade. Dodge também sustentou que a Constituição determina que crimes contra o patrimônio da União sejam processados na Justiça Federal.

A maioria do Supremo entendeu diferentemente, impondo uma derrota ao Ministério Público. Para seis ministros, o Código Eleitoral é claro ao definir que cabe aos juízes eleitorais processar os crimes eleitorais e também os crimes comuns - como corrupção - que lhes forem conexos.

Votaram desse modo os ministros Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente da corte, Dias Toffoli. Coube a Toffoli desempatar o julgamento.

Do outro lado, atenderam ao pleito da PGR os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

O placar final no plenário consolidou o que a Segunda Turma do STF responsável pela Lava Jato, já vinha fazendo: investigações sobre políticos suspeitos de caixa dois e, ao mesmo tempo, de corrupção devem ser remetidas para os tribunais eleitorais. Assim, um político que recebeu propina desviada de obras públicas e usou parte do dinheiro na campanha será processado na Justiça Eleitoral.

● é a mais alta instância do poder judiciário brasileiro.



● é uma prática financeira ilegal, que consiste em não registrar determinadas entradas ou saídas de um fluxo de caixa, criando um caixa paralelo.

19 MAR 2019

BEMPARANÁ

Evento do Ministério Público destaca ações de combate ao feminicídio

Em 2018, só entre os meses de janeiro a julho, foram registrados no Ligue 180, canal de denúncias do governo federal, perto de 80 mil casos de violência contra mulher em todo país. Desses, 994 tratam de mortes e 63.111 de violência doméstica. Para buscar a redução de índices como esses, o Ministério Público do Paraná promove em Curitiba, no dia 22 de março, o seminário “A atuação do MPPR no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher”.

Organizado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MPPR, por meio do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige), o encontro é dirigido a membros e servidores do MP e operadores do Direito, mas também é aberto ao público geral que tem interesse na matéria.

Conforme dados do Sistema PRO-MP, do MPPR, levantados pelo Nupige, foram instaurados no Ministério Público do Paraná de 2015 até o dia 15 de março deste ano 693 inquéritos policiais referentes a feminicídios e oferecidas 592 denúncias criminais ligadas a esse tipo de crime. Só na capital, no mesmo período, são 73 inquéritos abertos e 56 denúncias propostas.

19 MAR 2019

BEMPARANÁ

Casamento comunitário realiza o sonho de 54 casais de Pinhais

Foi realizado em Pinhais mais uma edição do Casamento Comunitário. Neste ano, tivemos a participação de 54 casais do município que trocaram alianças, na noite do último sábado, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação - Cenforpe.

O evento lotou o auditório do Cenforpe que teve a presença da prefeita Marli Paulino, da vice-prefeita Rosa Maria, da Desembargadora de Justiça do Paraná, Joeci Machado Camargo, do deputado federal e ex-prefeito de Pinhais Luizão Goulart e o gerente do Sesc São José dos Pinhais, Márcio Renaldin, entre outros, além de familiares, amigos e convidados. Aproximadamente 600 pessoas estiveram presentes e assistiram a cerimônia.

“Para nós da Prefeitura de Pinhais é sempre um imenso prazer contribuir para a realização deste evento, ao lado dos nossos parceiros. Agradecemos, mais uma vez, a Joeci grande idealizadora desta iniciativa. Depois de realizar o Justiça no Bairro, um evento que oferece tantos serviços gratuitos para a população, agora presenciamos a união e alegria de tantos casais. Realmente um momento muito especial”, afirmou a prefeita de Pinhais, Marli Paulino.

O sonho do matrimônio foi concretizado pelos casais que não tiveram nenhum custo financeiro. O programa Casamento Comunitário é realizado pelo Poder Judiciário, Sistema Fecomércio, Sesc, Senac, em parceria com a Prefeitura Municipal e Cartório Civil de Pinhais. Desde que iniciou na cidade, em 2009, a iniciativa já proporcionou o matrimônio para mais de mil casais.

19 MAR 2019

BEMPARANÁ

OAB quer investigação sobre acordo

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou ontem o ingresso como 'amicus curiae' na ação movida pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, contra o acordo bilionário firmado pela força-tarefa da Operação Lava Jato e a Petrobras envolvendo ações nos Estados Unidos. Segundo a entidade, há indícios de "vícios e ilegalidades" no

fundo que seria constituído por meio do termo firmado entre a estatal e os procuradores e receberia metade do valor da multa.

A força-tarefa pediu a suspensão do acordo na semana passada, e a chefe do Ministério Público Federal questionou no Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão da Justiça Federal que homologou o pacto. O STF suspendeu o

acordo por decisão do ministro Alexandre de Moraes. A Ordem dos Advogados do Brasil diz que "irá manter o acompanhamento de outros procedimentos com idêntica natureza e indagará sobre o destino da arrecadação advinda das multas aplicadas em casos semelhantes".

O relator da matéria no âmbito, conselheiro Jedson Marchesi Maioli (ES), des-

tacou que "houve um conjunto de vícios de ilegalidades" no referido acordo,

"À luz da Constituição Federal de 1988, o MPF não tem o condão de exercer a gestão destes recursos", afirmou em seu relatório.

Os R\$ 2,5 bilhões correspondem a 80% das penalidades definidas no acordo celebrado pela Petrobras com autoridades dos Estados Unidos.

Insubordinação

O deputado federal Ricardo Barros (PP) criticou ontem o coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato no Paraná, procurador Deltan Dallagnol. Segundo ele, "Dallagnol está sendo insubordinado", pois "há juízes e promotores honestos e comprometidos com o combate à corrupção em outros tribunais". Para Barros, "a Lava Jato não tem o monopólio do juízo correto, tem fixação nos métodos da operação Mãos Limpas que outros juízes não tem".

19 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Em uma década, judicialização da saúde pública e privada cresce 130%

Estudo inédito mostra perfis dos processos; em SP, demandas contra planos de saúde lideram

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O número de ações judiciais relativas à saúde no Brasil aumentou 130% entre 2008 e 2017, um crescimento muito mais rápido que o observado no volume total de processos (50%).

No período, o volume de ações em primeira instância pulou de 41.453 para 95.752, totalizando quase 500 mil processos. Em segunda instância, foi de 2.969 para 40.658, somando quase 270 mil.

São demandas contra o SUS e contra planos de saúde que requerem de novos remédios e procedimentos de alta complexidade a coisas básicas, como leitos hospitalares, consultas e medicamentos.

Os dados são de um estudo nacional inédito sobre a judicialização da saúde realizado pelo Insper, sob encomenda do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e divulgado nesta segunda (18) em um seminário no Hospital Sírio-Libanês.

Além de mostrar o crescimento de processos, o trabalho revelou diferenças regionais da judicialização de segunda instância. Na região norte, os pedidos por leitos

estão presentes em 75,2% das demandas (uma única ação pode envolver vários itens). Já no sudeste, esse pleito foi responsável por 36,7% das ações.

“O Brasil é diferente na judicialização da saúde. Há vários tipos, com perfis e efeitos distintos. Há necessidade de políticas apropriadas para cada um desses problemas”, diz Paulo Furquim, professor do Insper e um dos coordenadores do estudo.

Presente no evento, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que, no SUS, há judicialização “de acesso pontual a medicamentos que estão na rede nacional, e de uma quantidade enorme de pequenas cirurgias, que são frutos da desorganização do sistema, da falta de informatização e do subfinanciamento”.

Porém, segundo ele, a judicialização que mais preocupa é a que busca a incorporação de novos insumos e tecnologias. O ministro afirma que uma das saídas encontradas será o compartilhamento de risco com a indústria.

Ou seja, o laboratório precisa comprovar a eficácia do remédio distribuído à população, sob risco de ter de devolver o recurso aos cofres pú-

blicos. Na Itália, por exemplo, 65% das decisões utilizam dessa estratégia.

Em relação às demandas judiciais contra o SUS, medicamentos aparecem em 73,8% dos casos. Os importados respondem por 11% deles.

Para o ministro Dias Toffoli, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), é importante encontrar saídas para minorar a participação da Justiça na resolução de conflitos ligados à saúde.

“Os magistrados não podem administrar o orçamento das empresas de saúde,” afirmou ele durante o evento.

Toffoli, que também preside o CNJ, disse que o conselho tem ações para monitoramento e para a resolução de demandas na área.

Em uma delas, feita em parceria com os hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês, um núcleo (eNAT-Jus) fornece pareceres técnicos para dar apoio às decisões sobre questões de fornecimento de medicamentos, procedimentos e tratamentos médicos.

CONTINUA

19 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“O objetivo é dar ao juiz os subsídios para que ele possa decidir, com base na melhor evidência científica, se aquele pedido faz sentido, se o paciente vai se beneficiar”, diz Luiz Fernando Reis, diretor de ensino e pesquisa do Sírio.

Para o pesquisador Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, há casos em que a judicialização prejudica o paciente.

“O juiz considera demais a prescrição médica na decisão. Muitas vezes, por conflitos de interesse ou não, o médico pode estar com uma conduta equivocada em relação ao melhor tratamento ao paciente e isso, sem órgãos de filtragem, pode ser perigoso.”

Porém, há muitas ações pedindo produtos ou serviços que deveriam estar disponíveis à população. No Pará, por exemplo, a maior parte da judicialização por medicamentos se refere a remédios que estão na lista do SUS.

Esse tipo de demanda é diferente da observada frequentemente em São Paulo, em que pacientes muitas vezes solicitam procedimentos ou medicamentos não previstos no SUS ou pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

No estado de São Paulo, 82% dos processos (116.518) se referem a planos de saúde. “Isso indica que o sistema privado está muito mal regulado ou que não entrega o que promete ou ainda que o usuário é mais brigão, tem mais cidadania e vai buscar seus direitos”, diz Fernando Aith.

A pesquisa também mostra que apenas 2,3% das ações são coletivas, de um total de 13% do total que tratam de temas coletivos, o que revela que a judicialização da saúde se dá muito mais pela via individual do que pela coletiva.

Em casos de segunda instância, há maior predomínio de ações coletivas na região Norte, sobretudo no Pará (25,6%) e Roraima (185), e menor no Sul e no Sudeste (no Rio Grande do Sul, de apenas 0,44% e em São Paulo, de 2,8%).

O estudo também analisou o conteúdo das decisões de antecipação de tutela (liminares). No SUS, pede-se mais medicamentos. Já na saúde suplementar, são as dietas, insumos ou materiais, leitos e procedimentos.

CONTINUA

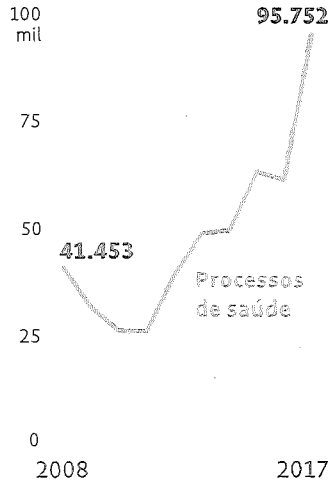
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

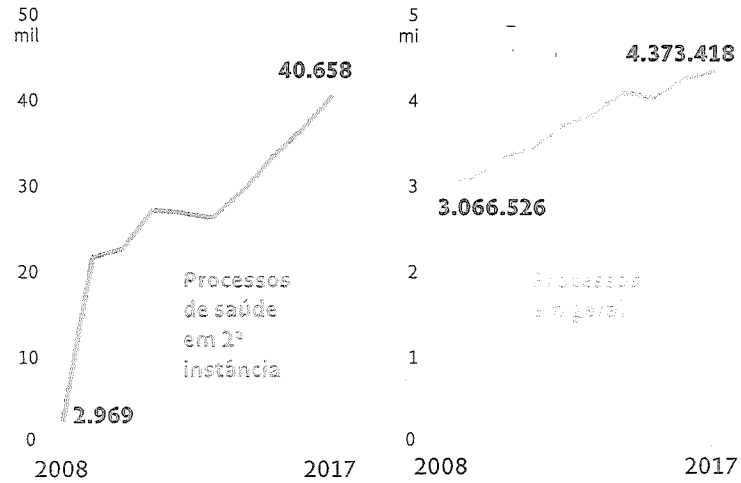
19 MAR 2019

Judicialização da saúde

Processos de saúde tiveram crescimento de 131% entre 2008 e 2017



Processos de saúde em 2ª instância cresceram 85% de 2009 a 2017, enquanto processos em geral avançaram apenas 40%

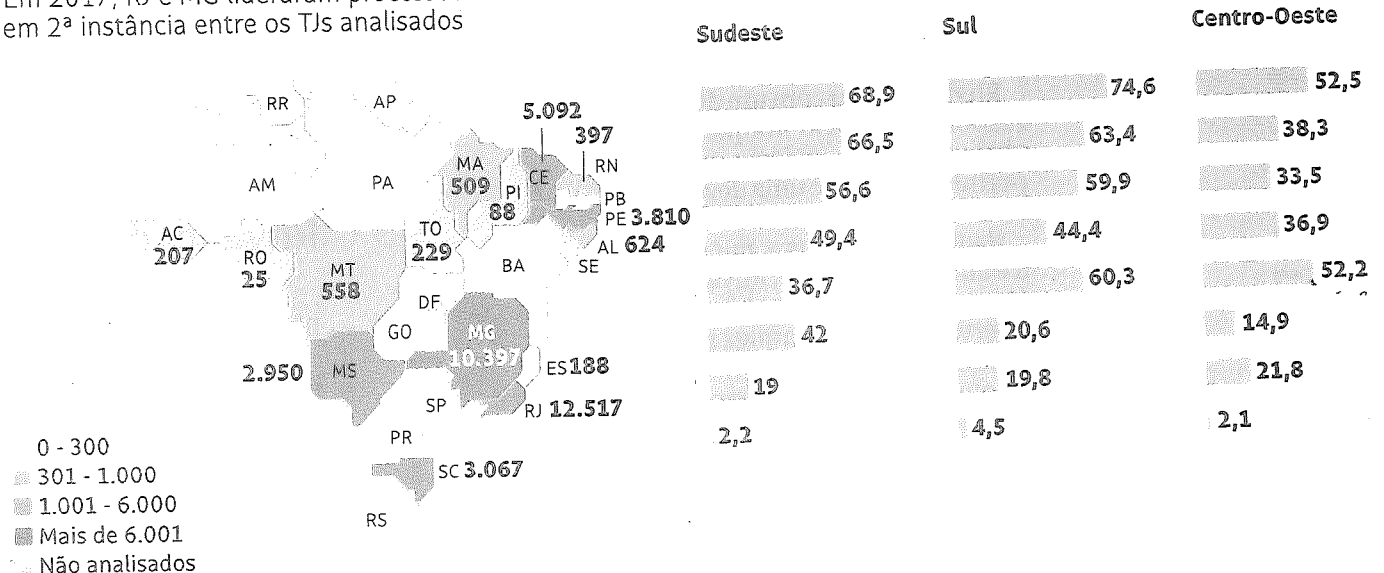


Pedidos por medicamentos lideram entre os acórdãos por região*

Em %	Objeto	Total	Norte	Nordeste
	Medicamento	69,1	79,2	56,3
	Órteses, próteses e meios auxiliares	6,3	69,6	45,1
	Exames	55,6	67,9	40,7
	Procedimentos	47,1	65	42,5
	Leitos	46,7	75,2	69,5
	Insumo ou materiais	33,1	31	23,4
	Internação	19,2	28,3	12,2
	Erro médico	2,9	6,3	2,3

*Cada processo pode ter mais de um objeto; dados dos TJs Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Em 2017, RJ e MG lideraram processos em 2ª instância entre os TJs analisados



FOLHA DE S. PAULO

HELIO SCHWARTSMAN

A morte da Lava Jato?

SÃO PAULO Se todas as vezes que procuradores de Curitiba anunciaram a morte da Lava Jato a operação tivesse de fato ido a óbito, teríamos passado os últimos cinco anos sem arredar pé do velório. Em vez disso, estamos diante de uma investigação continuada que já resultou em 285 condenações que somam mais de 3.000 anos de prisão e que recuperou R\$ 13 bilhões desviados de cofres públicos.

É certo que a decisão do STF de remeter para a Justiça Eleitoral (e não a Federal) casos de corrupção que envolvam caixa dois não facilita a vida dos procuradores. A Justiça Eleitoral é um improviso só. Ela funciona com magistrados “emprestados” de outros segmentos do Judiciário, que podem ter ou não a expertise para julgar crimes complexos como corrupção e lavagem de dinheiro.

Se pensarmos a operação sob a lógica do retributivismo, no qual o que importa é condenar o maior número possível de criminosos, ela pode ter sofrido um revés com a nova jurisprudência do STF. Mas, se adotarmos uma perspectiva mais institucional, a decisão poderá até revelar-se positiva.

A Lava Jato trouxe uma grande novidade. Contrariando séculos de favorecimento, políticos de alto coturno e grandes empresários foram condenados. É um avanço civilizatório que eu nunca pensei que veria em vida. Registre-se, porém, que a operação também engendrou abusos, como vazamentos seletivos e o excesso de prisões cautelares.

Eu diria que o saldo é mais positivo do que negativo, mas, para que a Lava Jato se consolide como uma mudança de paradigma — e não como um mero soluço —, é preciso que a cultura de não poupar poderosos se espalhe por todas as engrenagens da Justiça. Não haverá avanço verdadeiro enquanto o sucesso depender do “heroísmo” de um juiz ou de um núcleo específico.

Ainda que inadvertidamente, o STF, ao trazer a Justiça Eleitoral para o jogo, pode ter dado um empurrão para disseminar o lava-jatismo.

19 MAR 2019

19 MAR 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ATAQUE FAMILIAR

As investigações do inquérito aberto pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar ataques à corte se dirigiram, num primeiro momento, a uma pessoa que chegou a ameaçar parentes de um dos magistrados de morte.

CADEIA NELE Há entre pessoas envolvidas nas apurações a convicção de que, uma vez descoberto, o responsável pelas ameaças, até agora anônimo, deveria ser preso.

ALVO CERTO E, no domingo (17), Paulo Mathias, secretário executivo de Desenvolvimento Social de São Paulo, também fez ataques à corte — mais especificamente, ao ministro Gilmar Mendes.

VEM PRA RUA Integrante da equipe do governador João Dória (PSDB-SP), Mathias chegou a ir a uma manifestação. E disse que o pedido de impeachment contra o magistrado deveria ser aceito pelo Senado, para que ele “seja julgado por aquilo que fala”.

JAMAIS Dória agiu rápido: ligou para Gilmar Mendes para pedir desculpas e dizer que aquela não é a posição do governo de São Paulo.

LÍNGUA INDEPENDENTE Paulo Mathias diz que não vai comentar o episódio.

PAINEL DO LEITOR

Sergio Moro

Avalio que as medidas propostas pelo ministro Moro com intuito de reduzir os crimes são paliativas (“O projeto de lei anticrime”, Tendências/Debates, 17/3). Quando implementadas, talvez tenhamos uma redução na criminalidade em um primeiro momento, porém de forma não efetiva e duradoura. Combater o crime é muito mais complexo. É necessário executar projetos, como políticas sociais de inclusão, educação de qualidade para todos e mais oportunidades no mercado de trabalho.

Valmir Cunha (Boa Vista, RR)

PAINEL S.A.

CAPACETE O STJ julga nesta terça (19) uma ação que discute se a ANP (Agência Nacional do Petróleo) pode aplicar multas à Petrobras por questões de segurança do trabalho. A agência infligiu duas, que somam R\$ 2,6 milhões.

Parabéns ao ministro Sergio Moro pelo projeto de lei anticrime. Concordo especialmente com: o aumento do tempo real de prisão para condenados em crimes graves; o impedimento da soltura prematura de criminosos profissionais e de membros de organizações criminosas violentas, quando continuarem ligados a facções; e com a separação de crime eleitoral do crime comum.

Marilda Ramos Vianna (São Paulo, SP)

19 MAR 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Pinhais celebra 54 uniões em Casamento Comunitário

Divulgação



Aproximadamente 600 pessoas estiveram presentes e assistiram a cerimônia do casamento coletivo

A cidade de Pinhais realizou mais uma edição do Casamento Comunitário. Neste ano, tivemos a participação de 54 casais do município que trocaram alianças, na noite do último sábado (16), no Centro de Formação dos Profissionais da Educação - Cenforpe.

O evento lotou o auditório do Cenforpe que teve a presença da prefeita Marli Paulino; a vice-prefeita Rosa Maria; a desembargadora de Justiça do Paraná, Dra. Joeci Machado Camargo; o deputado federal e ex-prefeito de Pinhais Luizão Goulart e o gerente do Sesc São José dos Pinhais, Márcio Renaldin, além de familiares, amigos e convidados. Aproximadamente 600 pessoas estiveram presentes e assistiram a cerimônia.

O sonho do matrimônio foi concretizado pelos casais que não tiveram nenhum custo financeiro. ●

19 MAR 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Dodge pede informações da Caixa sobre fundação



A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para que a Caixa Econômica Federal (CEF) preste informações a respeito dos R\$ 2,5 bilhões depositados pela Petrobras em uma conta vinculada à 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba. Parte do montante serviria para a criação de uma fundação da Lava Jato. A decisão sobre o envio ou não das informações cabe ao relator, ministro Alexandre de Moraes.

“Destaco a necessidade de que a Caixa Econômica Federal seja intimada para apresentar, nestes autos, informações que possam retratar, de forma bastante objetiva, o elevado montante depositado, a data do depósito, o tipo e natureza da



Dodge: “Informações que possam retratar, o elevado montante depositado”

aplicação e rendimentos incidentes sobre estes valores; e se haverá alguma alteração nestas regras em razão do bloqueio ora determinado e manutenção em depósito judicial”, diz a PGR. ■

19 MAR 2019

METRO

Fachin nega suspensão de ação do Instituto Lula

O ministro Édson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou uma liminar solicitada pela defesa de Luiz Inácio Lula da Silva para suspender o processo em que o ex-presidente é suspeito de receber propinas da empreiteira Odebrecht por meio de um terreno para a construção da sede do Instituto Lula, em São Paulo. A decisão é de sexta-feira, mas foi publicada ontem no portal da Justiça Federal.

A defesa de Lula argumentou que, por decisão do então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, não teve acesso à íntegra do acordo de leniência entre a Odebrecht e o MPF (Ministério Público Federal), que baseou o processo. Os advogados queriam ainda ter acesso aos oito contratos da Petrobras com a Odebrecht em que a empreiteira teria sido beneficiada.

No dia 27 de setembro de 2017, Moro argumentou que a defesa deveria requerer os contratos ao Tribunal de Contas da União. Em 24 de maio de 2018, o juiz negou acesso à íntegra do acordo, argumentando que "Não há necessidade de acesso aos próprios autos do

Negócio com Sarkozy

Palocci acusa ex-presidente

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci afirmou ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou o recebimento de propinas em uma negociação para a compra de helicópteros e submarinos da França. Segundo ele, os desvios teriam sido combinados

diretamente com o então presidente francês Nicolas Sarkozy, durante reunião realizada em dezembro de 2009.

Em depoimento à Justiça Federal, na 10ª Vara de Brasília, Palocci, no entanto, negou saber de irregularidades sobre a compra de caças da França ou da Suécia – principal alvo da ação penal que traz Lula e seu filho Luís Cláudio como réus. **METRO**

processo de leniência, vez que envolvem questões relativas ao próprio acordo e provas relativas a várias outras investigações (...)"

Outro lado

Para a defesa de Lula, as decisões de Moro feriram a Súmula Vinculante 14 do STF, que estabelece o "direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de poli-

cia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

O processo é o terceiro de Lula decorrente da operação Lava Jato. Nas outras ações, ele foi condenado a 12 anos e um mês de prisão (ação sobre o triplex do Guarujá) e a 12 anos e um mês de prisão (ação sobre o sítio de Atibaia). A sentença na ação sobre o terreno do Instituto Lula deve ser dada ainda neste ano pelo juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Luiz Antônio Bonat.

METRO CURITIBA

19 MAR 2019

METRO

Dodge solicita informações sobre fundo da Lava Jato

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou ontem que a Caixa Econômica Federal dê informações sobre os cerca de R\$ 2,5 bilhões depositados pela Petrobras em uma conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, onde tramitam os processos da operação Lava Jato.

O acordo que permitiu o repasse, firmado entre a Petrobras e procuradores da força-tarefa da Lava Jato do MPF (Ministério Público Federal), foi homologado pela juíza substituta da 13ª Vara, Gabriela Hardt, e suspenso na sexta-feira pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O pedido de Dodge foi encaminhado a Alexandre de Moraes, relator de uma ADPF (Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental) contra o fundo. A procuradora-geral quer que a Caixa Econômica preste informações sobre a gestão financeira dos recursos – montante original, rendimentos, taxas incidentes e forma de remuneração.

Os R\$ 2,5 bilhões, segundo a força tarefa Lava Jato, correspondem a 80% do valor de uma multa aplicada à Petrobras nos Estados Unidos, já



Alexandre de Moraes receberá pedido da PGR | WILSON DIAS / AGENCIA BRASIL

que a companhia tinha ações na bolsa de Nova York quando foram revelados esquemas de corrupção. O acordo foi feito com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e permitiu o repasse de US\$ 682,5 milhões, convertidos em reais.

Em janeiro, a força-tarefa do MPF anunciou a criação de uma fundação para gerir o fundo. Metade do valor seria reservado para pagar possíveis indenizações a acionistas da Petrobras e o restante seria utilizado em ações de “combate à corrupção”. A criação da fundação foi criticada por magistrados, juristas e ministros do STF, que entenderam ser ilegal uma entidade priva-

da gerir recursos públicos.

Na ação, a PGR (Procuradoria-Geral da República) ressaltou a necessidade de remuneração do valor depositado, que está bloqueado após a decisão de Moraes. Pela decisão, que tem caráter liminar, o montante deverá permanecer em depósito judicial até nova decisão do STF.

A PGR argumentou ainda que é favorável à manutenção do acordo, para que os valores sejam aplicados no Brasil, mas destacou que o Ministério Público não pode “perder a essência da sua atuação, que é a independência funcional pela equidistância das partes envolvidas nos litígios”.

© METRO CURITIBA

19 MAR 2019


METRO

Caso Bernardo. MP vai tentar aumentar as penas

A condenação dos quatro envolvidos no assassinato do menino Bernardo Boldrini, formalizada pela juíza Sucilene Engler Werle na sexta-feira, será alvo de múltiplos recursos. Além da apelação das defesas, anunciada pelos advogados dos réus logo após o fim da sessão, o próprio MP (Ministério Público) irá questionar o cálculo das penas que foram atribuídas.

Os autos do julgamento ainda não chegaram às mãos dos responsáveis pela acusação. Entretanto, o promotor Bruno Bonamente garante que o pedido inicial do órgão, de pena máxima para todos os acusados, será reforçado.

A pena mais alta foi a da ex-madrasta, Graciele Ugulini, responsável por ministrar uma dose letal do medicamento midazolam no enteado. Ela cumprirá 34 anos e sete meses, em regime inicialmente fechado. Leandro Boldrini, pai de Bernardo, foi condenado a 30 anos e oito meses de prisão.

A sentença de Edelvânia Wirganovicz, amiga de Graciele, foi de 22 anos e dez meses, também em regime inicialmente fechado. O irmão dela, Evandro Wirganovicz, que abriu a cova onde Bernardo foi enterrado, recebeu pena de nove anos e seis meses. Como já está preso preventivamente desde abril de 2014, receberá progressão ao regime semiaberto imediatamente.  BANDNEWS

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Judicialização na saúde cresce 130% no país, mostra estudo

Um relatório sobre a judicialização na saúde aponta crescimento de aproximadamente 130% nas demandas de primeira instância entre 2008 e 2017. A pesquisa, encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Poder Judiciário, foi apresentada ontem em São Paulo.

Problemas com os convênios foram a maior causa (30,3%) dos pedidos de processos relacionados ao assunto no país. Outros assuntos levados ao Judiciário nessa última década foram os pedidos de seguro em saúde (21,1%), saúde pública (11,7%), o tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos (7,8%) e fornecimento de medicamentos (5,6%). Na segunda instância, planos de saúde respondem por 38,4% e seguro, por 24,7%. Na primeira instância, são saúde pública (23%), planos de saúde (22,8%) e seguro (14%).

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que o país lida, no Sistema Único de Saúde (SUS), com a judicialização de acesso pontual “de medicamentos que estão na rede nacional, de uma quantidade enorme de pequenas cirurgias, que são frutos da desorganização do sistema, falta de informatização e subfinanciamento”.

19 MAR 2019

Segundo Mandetta, a judicialização que preocupa é a incorporação de novos insumos e tecnologias, tanto no sistema público, como no suplementar. O país fez, recentemente, a sua primeira incorporação de medicamento com compartilhamento de risco, ou seja, quando o laboratório precisa comprovar a eficácia do remédio distribuído à população, sob risco de devolver o recurso aos cofres públicos. “O Brasil está atrasado nas incorporações”, disse.

Fux nega que haja crise institucional entre STF e MP

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, disse ontem que não há nenhuma crise institucional entre o Ministério Público e o STF. “MP e STF sempre se relacionaram bem e isso continuará”, disse Fux, antes de evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Sobre a questão do Caixa 2, segundo ele, o destino da ação penal, se irá para a Justiça Federal ou Eleitoral, continua sendo prerrogativa do MP.

“No momento da denúncia, o Ministério Público termina de enquadrar as condutas [criminosas]. É nesse momento que você

verifica para que Justiça vai. Se oferecer a denúncia por crime eleitoral vai para a Justiça Eleitoral. Se for por crime federal vai para a Justiça Federal. O Caixa 2, por exemplo, depende da origem do dinheiro. Se você aplica na Justiça Eleitoral um dinheiro ilícito, você está lavando dinheiro”, disse Fux.

19 MAR 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Gilmar solta

Gilmar Mendes mandou soltar Dirceu Pupo Ferreira, contador da família de Beto Richa preso desde o fim de janeiro. Além do habeas corpus, o ministro do STF deu novo salvo-conduto para o tucano e família em relação a qualquer determinação de prisões cautelares.

Questionado pelo Estadão sobre o comportamento de Bolsonaro e de seus filhos (Flávio, Eduardo e Carlos) nas redes sociais, FHC se disse preocupado com o envolvimento da família no “jogo do poder” porque “leva o sentimento demasiado longe” e disparou: “Eu acho perigoso. É abusivo, polariza (...) Nós estamos assistindo ao renascimento de uma família imperial de origem plebeia. É curioso isso. Geralmente, na República, as famílias não têm esse peso”. Segundo ele, “Bolsonaro está indo mal por conta própria”.

O projeto anticrime

Nos últimos anos, foi descoberto um sistema de corrupção que afetou a integridade da maior estatal brasileira, a Petrobras, e outras parcelas da administração pública, servindo ao enriquecimento ilícito de agentes públicos inescrupulosos e distorcendo o processo eleitoral. No mesmo período, organizações criminosas armadas, algumas delas sediadas em presídios, tornaram-se cada vez mais fortes. Em janeiro deste ano, algumas dessas organizações sentiram-se à vontade para perpetrar atos de características terroristas, como a tentativa de explodir viadutos no estado do Ceará.

Protesto contra o STF

O Movimento Brasil Livre (MBL) e Curitiba Contra a Corrupção marcaram para este domingo (17) um manifestação de apoio à Operação Lava Jato e de repúdio ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ato quer ser uma resposta à votação dos ministros que deu competência à Justiça Eleitoral para investigar casos de corrupção da Operação Lava Jato que envolvam caixa 2 e outros crimes comuns, como lavagem de dinheiro.

Deltan vê STF 'desconfortável'



Um dos alvos do inquérito instaurado por ordem do STF para apurar ataques a aos integrantes da Corte, o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato, em Curitiba, diz

que sua percepção é que “o Supremo talvez esteja se sentindo desconfortável”. Dallagnol fala que há um “clamor social” por transparência. “A preocupação do Supremo deveria ser de prestar contas à sociedade de suas decisões e não buscar de modo indireto desincentivar agentes públicos de prestar contas e exercerem com a liberdade que a Constituição os assegura o seu direito de manifestação e de crítica.”